

Inventário como instrumento de gestão do patrimônio cultural universitário

Inventory as management instrument for university cultural heritage

Lena Leite Dias   

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira   

Resumo

O artigo em pauta busca articular gestão de patrimônios culturais e preservação no âmbito das universidades públicas, considerando que estas vêm sofrendo uma significativa baixa em seus patrimônios culturais, ora causados por incêndio, ora por falta de recursos, entre tantos outros fatores. Todavia, alguns desses acontecimentos não têm recebido por parte da sociedade a atenção devida. Isso se dá, provavelmente, em razão da concepção equivocada que se tem de universidade, o que impossibilita percebê-la sob a ótica também da cultura. Metodologicamente, adotou-se a investigação de caráter bibliográfico e exploratório, com vistas a identificar categorias necessárias à construção de um possível instrumento de inventariação. Nesse aspecto, recorreu-se a instrumentos de representação descritiva já consagrados no âmbito da Arquivologia, Biblioteconomia e do Patrimônio Cultural quer seja material ou imaterial. A partir da análise dos instrumentos de diversas áreas da documentação, verificou-se que, em sua maioria, eles indicam campos descritivos que, juntos, podem contribuir na formalização de padrão de inventariação do patrimônio cultural, sobretudo no âmbito das universidades, possibilitando a elaboração de uma proposta de dados e indicativos de um possível roteiro para composição de um instrumento inventarial que possa ser útil no âmbito das universidades.

Palavras-chave: inventário; patrimônio cultural; universidade pública.

Abstract

This article seeks to articulate cultural heritage management and preservation within the scope of public universities, considering that these have suffered a significant decrease in their cultural heritage, sometimes caused by fire, sometimes due to lack of resources, among many other factors. However, some of these events have not received proper attention from society. This is probably due to the mistaken conception of the university, which makes it impossible to perceive it from the perspective of culture as well. Methodologically, research of bibliographic and exploratory character was adopted in order to identify categories necessary for the construction of a possible inventory instrument. In this regard, instruments of descriptive representation already established in the scope of Archival Science, Librarianship and Cultural Heritage were used, whether material or immaterial. Based on the analysis of the instruments from different areas of documentation, it was found that, for the most part, they indicate descriptive fields that, together, can contribute to the formalization of the inventory pattern of cultural heritage, especially within universities, enabling the elaboration of a proposal for data and indications of a possible roadmap for the composition of an inventory instrument that could be useful in the scope of universities.

Keywords: inventory; cultural heritage; public university.



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 8, n. 2, p. 215-243, maio/ago. 2022. ISSN 2447-0120. DOI 10.56837/fr.2022.v8.n2.885.

1 Introdução

Observa-se empiricamente que as universidades públicas vêm sofrendo uma significativa baixa em seus patrimônios culturais, ora causados por incêndio, ora por falta de recursos, entre tantos outros fatores. Todavia, alguns desses acontecimentos não têm recebido por parte da sociedade a atenção devida. Isso se dá, provavelmente, em razão da concepção equivocada que se tem de universidade, o que impossibilita percebê-la sob a ótica também da cultura.

Esse entendimento ganha reforço com os lastimáveis incidentes por incêndio que acometeram o Museu Nacional, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Instituto Butantan, entidade pública responsável no País pela pesquisa e produção de vacinas, o Arquivo da Marinha em sua sede na Bahia, dentre tantos outros exemplos, bem como a partir da concepção conceitual de Frago e Azevedo Netto (2009, p. 9):

Instituições-memória são órgãos públicos ou privados, constituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação, que têm funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibilizam informação patrimonial como fonte de pesquisa na construção de identidades e da história, e na produção de trabalhos científicos.

Do ponto de vista temático, a pesquisa aqui apresentada também se reveste de extrema relevância contemporânea, pois, apesar da grande importância desse tema, inversamente inexitem políticas internas de gestão do acervo patrimonial que tenha como ação inicial o inventário patrimonial dos acervos memoriais em universidades, no que a encerra como uma temática pouco explorada na literatura, e, por conseguinte, ganha contornos de um extremo desafio desbravatório, característico do labor de um evento pioneiro, dadas as implementações necessárias que vão desde a necessidade de provisões financeiras para se custear o aparato material específico até a formação de quadros fixos de pessoal e vinculação ao aparato administrativo da instituição.

A propósito, vale aqui ressaltar que o assunto somente veio à baila diante da realidade a que têm sido vítimas as instituições memoriais vinculadas às universidades públicas brasileiras, com raras exceções, a exemplo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Campinas (Unicamp).

Outro fator que reforça a necessidade de uma política de preservação memorial ancora-se sob uma perspectiva legal, conforme estabelece o Art. 216 da Constituição Federal brasileira ao estabelecer que o Poder Público, em colaboração com a comunidade, deverá promover e proteger o patrimônio cultural por meio de inventários, registros e outras formas de preservação, competindo às instituições resguardar todo seu patrimônio cultural quer material ou imaterial em toda sua pluralidade, tomados coletiva ou individualmente, desde que portadores de referenciais identitários que contribuem efetivamente para a construção e ressignificação da memória social (BRASIL, 1988).

Logo, preocupar-se com o patrimônio cultural, para além dos livros, é imprescindível, tendo em vista as universidades possuem um amplo campo patrimonial, que necessita, de início, ser identificado por meio de inventário que forneça subsídios acerca das instalações, atualizado quanto às plataformas de identificação digital, e institucionalizado no que diz respeito à sua manutenção e disseminação. Gerenciar tecnicamente os vários processos compostos nesse 'mosaico' de novidades, incessantemente atualizadas, deriva, pois, de uma intimidade acadêmica, de uma vivência e convivência que culminam em uma cumplicidade quase que passional com o tema e sua ementa.

Resta, portanto, a necessidade urgente de instrumentos que viabilizem conhecer, descritivamente, com profundidade os acervos memoriais, pois os diversos tipos de documentos e arquivos dessas instituições correm o risco, tanto da ação do tempo como da iminência de acidentes pela precária manutenção a eles destinada. Na contemporaneidade, ações dessa natureza tornam-se *sine qua non*, considerando a importância individual e social de “[...] resguardar o passado, no intuito de entender o presente e fazer prospecções ao futuro com base nas experiências vivenciadas anteriormente” (MENDES; SANTOS; SANTIAGO, 2010, p. 2). Nesse entendimento, é mister a realização de uma ação continuada que ofereça amplas condições aos arquivistas, bibliotecários, museólogos e outros, de propor, com base no inventário, enquanto instrumento descritivo e de gestão patrimonial, políticas memoriais para universidades, em especial as universidades públicas.

Por essa razão, articular gestão de patrimônios culturais e preservação no âmbito das universidades torna indiscutível pensar o instrumento inventarial, pois este se configura como:

[...] fonte inesgotável de informação, tanto como fonte quanto como meio, possibilitando agregar ao acervo patrimonial novos usos,

significados, valores, e, obviamente, a informação como base para a compreensão dos processos histórico, social, econômico e cultural de um determinado tempo e espaço” (ROCHA, 2011, p. 10).

O inventário contribuirá para a aquisição, guarda, preservação, e acesso ao patrimônio cultural da instituição ou por ela custodiada, pois ao adotá-lo como um instrumento de representação descritiva do patrimônio cultural, servindo para subsidiar as práticas de gestão, política e preservação desse mesmo patrimônio, sobretudo, ao considerarmos que as universidades públicas brasileiras possuem significativos patrimônios histórico-culturais de relevância para a comunidade acadêmica e para a sociedade em seus entornos municipal, estadual e federal. Todavia, a ação do tempo e a ausência de políticas específicas de identificação, gestão, proteção e preservação têm tornado vulnerável esse mesmo patrimônio, contribuindo para sua degradação, esquecimento e silenciamento.

Para tanto, com vistas a perscrutar tal intento, realizou-se uma investigação de caráter bibliográfico e exploratório, a fim de identificar categorias necessárias à construção de um possível instrumento de inventariação¹. Nesse aspecto, recorreu-se a instrumentos de representação descritiva já consagrados no âmbito da Arquivologia, Biblioteconomia e do Patrimônio Cultural quer seja material ou imaterial.

2 Patrimônio Cultural e as Universidades

Uma definição irrestrita e imparcial do significado de patrimônio perpassa por ambiguidades e polissemias, até a sua chegada triunfante *ad hoc* de uma acepção de maior pragmatismo em consonância, e, apesar da “modernidade líquida e fluída” (BAUMAN, 2001), necessita se revestir de diferentes atributos (POULOT, 2009). Há uma teia de significados (BONFIL-BATALLA, 1997) e é possível até afirmar que “[...] não existe o patrimônio em si, mas sim certas categorias e qualificações que são socialmente construídas” (VALDEBENITO, 2005, p. 289).

O patrimônio é o reflexo de um processo historicamente determinante que surgiu nos idos da modernidade, sendo “uma categoria eminentemente ocidental e que acompanha a história dessa civilização” (HARTOG, 2003, p.163-206). É, pois, alguma coisa pensada e deliberada de forma dinâmica. Tal asserção fora

¹ Artigo produzido a partir da pesquisa de mestrado intitulada Gestão de Acervo Memorialístico: proposta de elaboração de inventário do patrimônio cultural da UFPB, junto ao Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

escalonadamente construída em meio ao surgimento dos estados modernos no afã de consolidar a cultura da herança pública. Eis, então, a meta de um patrimônio cultural resultante de uma ação institucional.

Por meio da pesquisa bibliográfica, buscou-se aprender a construir uma analogia assentada no estado da arte acerca do tratamento dispensado, em princípio, ao patrimônio documental brasileiro, especificamente em relação às estratégias adotadas pela Biblioteca Nacional, no que diz respeito à salvaguarda e preservação da herança bibliográfica do país, transmutada nos novos vetores tecnológicos na era dos *bytes*.

No entanto, tão importante quanto preservar é estimular na sociedade, através do indivíduo, o interesse pelo conhecimento de sua própria cultura, a fim de resguardar o que fomos, o que somos, nossas singularidades, ou seja, nossa identidade. Nessa linha de raciocínio, Bosi (2007) afirma que a memória do homem depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e com os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

A importância do patrimônio devidamente catalogado reside, portanto, na tarefa de servir à sociedade como um mecanismo multiplicador do acesso do público à memória, a fim de garantir que todos os grupos sociais tenham a oportunidade de acessar as informações sobre as suas origens, por meio dos dados contidos sob guarnição dos colaboradores.

É na seleção do patrimônio que os objetos mais significativos do passado são detectados, os quais têm a função de condensar e simbolizar os acontecimentos mais relevantes, principalmente, os que explicam a formação do panorama contextual objetivado pelo poder político vigente.

Um conceito primordial quanto às políticas de gestão e conservação do patrimônio documental é a noção de monumento, que é um estandarte da conservação e da memória, exercendo a função de um precioso coadjuvante na tarefa de fazer os vetores da informação atravessarem a dimensão do tempo, de forma conservada, como um seguro e confiável hospedeiro das informações.

2.1 O patrimônio cultural universitário: em busca de uma política de gestão

No Brasil, pouco se discute, no âmbito das universidades, uma política cultural voltada para o seu patrimônio. Nesse sentido, tomamos como exemplo positivo a UFMG com o trabalho da autoria de Panisset e Julião (2017) que discorre sobre gestão do patrimônio e museologia. E, mais especificamente, a dissertação intitulada 'Práticas de Gestão do Patrimônio Universitário Edificado: a experiência da UFRGS', da autoria de Vítor Frühauf de Oliveira, defendida em 2019. Para além desses, encontramos alguns outros trabalhos pontuais; todavia, há uma carência de uma maior produção que pense a gestão do patrimônio cultural universitário brasileiro, conforme assegura o autor:

[...] no final da década de 1980, iniciam-se os primeiros esforços para tratar a especificidade do patrimônio universitário como um todo. No entanto, ainda se trata de um tema pouco explorado em monografias, dissertações, teses e artigos científicos no Brasil (OLIVEIRA, 2019, p. 26).

Dando seguimento, essa análise reforça a tese da necessidade de pensar metodologias e mecanismos que abordem a temática e, assim, possa contribuir para ascender um movimento de valorização desse patrimônio nas universidades brasileiras, a exemplo do que ocorreu na Europa da década de 1980 por ocasião das comemorações do 900º aniversário de fundação da Universidade de Bolonha. Nesse evento, trezentos e oitenta e oito reitores cancelaram um documento contendo diretrizes e princípios gerais de valorização democrática intitulado *Magna Charta Universitatum*.

Apesar do esforço inicial, apenas doze anos depois, surge um documento fundamental denominado *Declaration of Halle* (2000), direcionado ao patrimônio cultural das universidades. Cinco anos mais tarde, as universidades europeias em parceria publicam *Recommendation Rec (2005) 13th of the Committee of Ministers to Member States on the Governance and Management of University Heritage*, uma espécie de manual de governança na gestão do patrimônio cultural.

Na mesma década, dez universidades espanholas, sendo elas: *Universidad de Salamanca, Universidad de Alcalá, Universidade de Barcelona, Universidad de Granada, Universidad de Oviedo, Universidad del País Vasco, Universidad de Santiago de Compostela, Universidad de Sevilla, Universidad de Valencia e Universidad de Valladolid*, lançam conjuntamente um documento intitulado:

Declaración de Salamanca Sobre el Patrimonio Histórico-Cultural de las Universidades (2008), cujo teor cita as cartas patrimoniais, a exemplo da Carta de Atenas, entre outras, bem como a convenção do Patrimônio Mundial da Unesco realizada em Paris, em 1972. O documento se traduz como um grito de apelo para salvaguarda do patrimônio das universidades.

Destaca-se, todavia, como um dos mais emblemáticos documentos sobre patrimônio universitário a *Declaración de Alcalá sobre la Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario* (2013), que tem como fundamento a Carta Patrimonial, que é uma espécie de inventário do patrimônio das universidades signatárias, especificamente aquelas declaradas pela UNESCO como patrimônio mundial. Os desafios continuam e, em 2015, ocorre na cidade do México um novo encontro das universidades signatárias, quando se publica a *Declaración de México sobre Protección, Conservación y Difusión del Patrimonio Universitario, las Colecciones y los Museos Universitarios*. O documento, efetivamente, chama a atenção para o compromisso que as universidades têm em proteger e salvaguardar seu patrimônio material e imaterial, citando, para além da arquitetura, as bibliotecas, os arquivos, as coleções científicas, entre outras categorias por elas produzidas e herdadas em anos de existência.

Nesse aspecto, observa-se que para salvaguardar o patrimônio cultural universitário, precisa-se estabelecer a compreensão de patrimônio cultural e os possíveis mecanismos de gestão, dentre os quais destacamos o inventário.

A concepção de patrimônio cultural, no Brasil, altera-se a partir da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216, que amplia, tendo por base a compreensão de diversidade cultural. Nesse sentido, a nova caracterização legal vai exigir também uma reconfiguração do reconhecimento patrimonial que amplia suas categorias, a exemplo de: bens móveis, bens imóveis e integrados, conjuntos históricos, patrimônio arqueológico, patrimônio ferroviário, paisagem cultural, patrimônio imaterial ou intangível e o patrimônio paleontológico e científico.

Surge, pois, a noção de patrimônio científico e tecnológico que, de acordo com o relatório da Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia (CONSELHO..., 2003, p. 6), compreende:

[...] o vasto conjunto de bens materiais e simbólicos produzidos ou utilizados ao longo do trajeto da produção e difusão do conhecimento. Acervos de documentos escritos originados de instituições científicas e de ensino, coleções organizadas por estudiosos, registros fonográficos e fotográficos, filmes, obras raras, máquinas e equipamentos, edifícios e

instalações, bibliotecas, mapotecas, arquivos pessoais de pesquisadores e professores, parcela substancial da correspondência diplomática, documentos e instrumentos relativos a numerosas atividades militares e registros da produção científica [...].

Agregue-se, ainda, ao aspecto conceitual a perspectiva jurídica, considerando que no Brasil a legislação sobre preservação do patrimônio cultural é bastante extensa.

Diante da diversidade do patrimônio cultural apontado pela Constituição Federal de 1988 e da amplitude legal estabelecida ao longo das décadas, Almeida (2014, p. 28) sinaliza que a preservação patrimonial carecerá, ainda, de “modernização dos modelos de gestão e da integração das áreas técnica, administrativa e jurídica”. Isso se dá tanto no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como também de entidades, a exemplo da UFPB. Indica, também, a realização do inventário como um aliado na prática do planejamento estratégico que, por sua vez, inclui novos modos de preservação no campo patrimonial.

A temática das memórias pode ser apresentada sob diversos pontos de vista, podendo, de forma mais simplista, referir-se tanto aos aspectos físicos dentro da experiência individualizada da construção da memória neurológica, como, do mesmo modo, apresentar-se sob o paradigma coletivo ou social, sendo esta última acepção a que interessa a este trabalho. Nesse sentido, cabe consubstanciá-la dentro da experiência dos grupos sociais, dos discursos de classe e até mesmo na intencionalidade dos governos que lutam para manter narrativas e elementos que apontem para a construção de fatos históricos justificados no inconsciente coletivo.

Assim, a construção das memórias tanto pode ser um exercício de afirmação como de negação. A exemplo disso, podem-se mencionar tanto o esforço dos Estados para construir narrativas através da memória nacional como também os movimentos articulados para desfazerem, da memória popular, os fatos que podem, de alguma maneira, trazer os traumas do passado para o presente, manipulando ou dando a interpretação que melhor couber aos interesses envolvidos em uma determinada situação, ou seja, a forma como um mesmo fato histórico pode ser contado de modos completamente distintos.

As nuances sobre a intencionalidade na construção da memória social devem atentar para as especificidades deste processo e importância deste para as

questões relativas à identidade, como também pontua Adriana Nóbrega da Silva em 'Memoriais e Centros de Memória da Cidade de Fortaleza: contribuições no acesso à informação e ao patrimônio' (SILVA *et al*, 2017, p. 32):

A construção da memória é uma atividade constante e não depende de uma razão ou vontade estabelecida, pois, ocorre no cotidiano. Em outras palavras, é um fenômeno social que se inicia a partir de um processo histórico e todo esse conhecimento deve ser preservado, pois temos o entendimento de que delas provém a identidade da comunidade/ sociedade.

Tendo em vista a organicidade do processo de construção e/ou ressignificação da memória dentro da sociedade e sua influência na construção identitária, toma-se como premissa de uma sociedade o direito à memória, tornando uma obrigação referendada socialmente, tendo sido prevista como obrigação do Estado na Constituição de 88: Art. 23: "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos" (BRASIL, 1988, online). No fragmento do texto constitucional não se lança referência direta ao conceito de memória, no entanto, a intenção de preservar elementos da cultura ou do patrimônio sócio-histórico de um povo tem como consequência inequívoca a construção da sua memória.

Como o processo de construção da memória social tem se efetivado enquanto obrigação de Estado, cabe a este institucionalizar processos e propor políticas públicas para continuamente atender às demandas de setores sociais de modo a construir narrativas. Resta claro, pois, a intencionalidade nesse processo, como bem interroga Maria Letícia Mazzucchi Ferreira em 'Políticas da Memória e Políticas do Esquecimento' (2011, p. 10):

A essas emergências memoriais-patrimoniais do presente são lançadas algumas indagações importantes que balizam os estudos sobre esses processos: quais mecanismos são utilizados para transformar as memórias em patrimônio? Que atores sociais se envolvem nesse processo? De que memórias se fala e como são mobilizadas e transformadas nesse contexto?

Sobre o processo de formação de uma memória institucional, também quase não existem estudos ou bibliografia sobre a temática em português, conforme aponta Ivana Parrela e Nascimento (2019, p. 177): "O trabalho mais abrangente sobre o

tema em português é a tese de Icléia Thiesen, dos anos de 1990, hoje publicada no livro 'Memória Institucional'". Para Thiesen (2013, p. 26), "se a instituição existe, a memória se plasma".

Nessa ótica, instituição e memória são complementares ou coexistentes, considerando a construção da instituição se afirmar na constituição de sua memória enquanto elementos de poder (PARRELA; NASCIMENTO 2019, p. 177):

Para pensar como se dá o fenômeno da memória no contexto institucional, Thiesen sustenta que é necessário entender o que vem a ser uma instituição. Nesse percurso, lança mão de conceitos foucaultianos. Para a autora, as instituições são encaradas como formas fundamentais de saber-poder.

Parrela e Nascimento (2019) ao analisarem as questões de saber-poder não necessariamente vinculantes, todavia defendem que o poder possibilita o saber por meio de informações produzidas. Seguindo a esteira da compreensão foucaultiana (FOUCAULT, 1993 *apud* THIESEN, 2013), os autores salientam que o poder não se constitui em objeto de troca considerando que o mesmo só se efetiva por meio da ação. Nesse sentido, o poder se caracteriza enquanto "[...] relação de força, um modo de ação sobre as ações do outro. Por isso, pressupõe a liberdade" (PARRELA; NASCIMENTO, 2019, p. 117-178).

O conjunto de memórias pode, portanto, se dar de diversas formas, tanto materializado na constituição de artefatos, como em documentos advindos da arquivologia, e dos acervos de museus, sendo este último reconhecido como instituição de memória, a qual pode ser descrita como:

As Instituições de memória se constituem em espaços que atendem a dois desafios: do ponto de vista patrimonial, perpetuar sua missão de preservação do pensamento intelectual, literário, político, histórico, enfim, dos saberes contidos na sua coleção; do ponto de vista cultural, oferecer à comunidade um lugar para estudos e pesquisas (PARRELA; NASCIMENTO, 2019, p. 222).

Tavares (2014, p.111), por sua vez, conceitua as instituições-memória como sendo "sistemas abertos, vivos, dinâmicos e complexos, pois interagem com o ambiente de modo a sofrer as mudanças e impactos acontecidos no mesmo e estas afetarem o seu comportamento".

Para além da noção de instituição-memória, Le Goff (2003, p. 33) apresenta um conceito mais amplo para 'lugar de memória' e diz que foi a partir da explosão da informação e seus suportes de registros, tornando amplo o conhecimento e, por conseguinte, sua estruturação social, ou seja, a "estruturação da memória social criada e registrada até então".

Para tanto, com vistas à estruturação da memória social, tem-se outro desafio que, de acordo com Louzada (1992, p. 16), "o domínio técnico contribuiu para ampliar os suportes de memória e torná-los cada vez mais acessíveis a diferentes grupos sociais". Considerando o aspecto apontado por Louzada (1992), pode-se considerar que a memória se encontra no cotidiano social dos indivíduos, nos lugares de memória como ressalta Nora (1993), isto é, desde o lugar simbólico, material e funcional, incluindo-se outras possibilidades.

Os conceitos relativos à memória social e patrimônio cultural podem, em certo grau, ser tratados como sinônimos, além de se apresentarem de forma múltipla e complexa, como nos apresenta Gomes (2013, p. 13):

O conceito de patrimônio tem sido cada vez mais amplo perante a dificuldade de estabelecer critérios concretos para a sua definição e no próprio contexto a multiculturalidade atual. Porém, por questões de metodologia, convém abordar este conceito na ótica de um instrumento urbanístico, utilizado não só como arma política, como iremos abordar mais posteriormente, mas também como instrumento de ações urbanísticas de forma a potenciar também a construção de uma memória coletiva.

Análise parecida é realizada por Fragoso e Azevedo Netto (2009, p. 6) em trabalho realizado por ambos, baseado na pesquisa de mestrado junto ao Programa em Ciência da Informação, defendida em 2009:

Sem a pretensão de esgotar todos os conceitos relacionados à memória, suscitamos os principais os quais a memória evoca. Inicia-se com a dicotomia memória e história por ela apresentar uma relação de interdependência e aproximação de suas funções. Depois segue a cultura como insumo da memória, a identidade como uma das finalidades da memória, o patrimônio como preservação da memória e, por último, a informação como o princípio e a continuação da memória.

Considerando os autores, reitera-se a importância da preservação do patrimônio cultural, e seu estoque informacional das diversas áreas de conhecimento. De acordo com Ribeiro (2005), a preservação do patrimônio cultural, quando

pensado sob a perspectiva do desenvolvimento e enriquecimento cultural de determinada nação, reveste-se de significativa importância, uma vez que os bens culturais são arcabouços informacionais, cheios de significados, registros históricos e memoriais capazes de refletir modos de viver e fazer, crenças, ideologias, estratégias políticas, econômicas e sociais de determinados períodos históricos.

A preservação do patrimônio tem se popularizado tanto como um valor do senso comum quanto um valor defendido por instituições e grupos sociais. Parte desse esforço se dá pela necessidade de manifestar identidade através do acervo patrimonial ou até mesmo da necessidade de se mercantilizar o patrimônio, tornado objeto de exploração que pode gerar renda e lucro. Desse modo, cada vez mais, este patrimônio se afirma como direito a ser assegurado com o objetivo de garantir informação e memória, conforme assinala Alencar (2017, p. 26):

Tornou-se uma função também das instituições memoriais, sobretudo arquivos e bibliotecas, após o aumento da produção informacional e a percepção da importância do acesso a essas memórias a todos, direito fundamental garantido constitucionalmente. Fato é que nas últimas décadas, este vem sendo um dos seus mais importantes e desafiadores trabalhos.

Hollós (2010, p. 2) ao mencionar o Arquivo Nacional do Brasil, criado em 1824, como lugar de memória e informação, aborda a necessidade de se criar uma conceituação precisa sobre o conjunto de termos e conceitos utilizados na preservação, isso por acreditar que:

Somente quando os termos relacionados à preservação estiverem bem definidos e adequadamente utilizados no contexto das instituições de memória, é que a missão e a identidade da preservação se tornarão mais consolidadas, assim como melhor definidas suas competências e responsabilidades, é que consideramos importante abordar os fundamentos da preservação documental.

Postas estas questões sobre preservação ou conservação que se aplicam ao patrimônio, Fragoso e Azevedo Netto (2009, p. 2) questionam também sobre a importância do patrimônio cultural para a sociedade e de que modo deve-se investir na educação patrimonial:

Diante de tudo isso e da constatação da escassez de trabalhos produzidos sobre a temática, surgiu a necessidade de desenvolver um estudo que viesse contribuir para a educação patrimonial – apontada

como solução inicial para o caos da memória – e advertir para a responsabilidade social, definida por Bottentuit (2002) como um conjunto de valores baseados em princípios éticos que envolvem governo e sociedade civil em um contexto social, geopolítico, econômico, cultural e educacional em que vive.

Torna-se flagrante, na citação acima, a necessidade de tomar patrimônio cultural como elemento político e que, para tanto, precisa de políticas públicas para possibilitar a preservação e o acesso da humanidade a estes bens culturais. Corroborando este pensamento, Castro e Soares (2018, p. 30) asseveram:

Nesse contexto, englobam-se assuntos referentes à salvaguarda, ao registro e à produção de história e memória, à preservação, à valorização e à construção de patrimônios, ao mesmo tempo em que estamos sujeitos a lidar com as condições que o campo das políticas culturais impele-nos: ora a inexistência, ora a descontinuidade de ações, uma marca autoritária da produção cultural gerenciada pelas políticas públicas estatais, conforme argumenta Rubim (2007), além da sua fragmentação e centralização em determinadas regiões.

Tudo isso resulta na falta de planejamento, sistematização, registro e avaliação das ações culturais e constitui-se em um problema para quem busca fontes de pesquisa, quando se quer reconstruir ou analisar aquele percurso. Integrando essa visão, é também considerada a existência de uma reiterada noção de cultura, vista, em diversas ocasiões, como atividade econômica, que pode terminar produzindo ações, não preocupadas com a constituição de legados institucionais ou com o registro das memórias e história de ações culturais populares, mas sim com o objetivo comercial e pouco socialmente referenciado na superação de desigualdades e na garantia de direitos.

Para garantir o direito à cultura, à memória e a outros tantos ativos da vida social, faz-se necessário pensar na gestão do patrimônio memorial, levando em consideração suas diversas possibilidades de manifestação. Nesse aspecto, convém pensar a representação descritiva da cultura material, por meio de instrumentos descritivos, a exemplo do inventário, que, de acordo com Rocha e Azevedo Neto (2012, p. 5), se

[...] constitui instrumento importante no processo de patrimonialização, bem como para a gestão patrimonial e educação patrimonial, sobretudo, pelo tratamento da informação especializada sobre os bens patrimoniais, otimizando o seu acesso e efetivando as políticas de preservação da memória.

Nessa perspectiva, os autores apresentam o inventário como ferramenta no processo de preservação de patrimônio cultural, posto que ele “[...] apresenta um papel social relevante enquanto fonte de informação patrimonial, instrumento de acesso e gestão das políticas públicas de preservação da memória” (ROCHA; AZEVEDO NETO, 2012, p. 5).

Apresentado o conjunto de conceitos que orbitam entre memória, patrimônio e lugar de memória, a autora questiona sobre o papel das universidades nos processos de construção da memória nacional, ressaltando, contudo, a condição política e material das universidades para a realização neste processo, como destaca o fragmento abaixo (GOBIRA; CORRÊA; ALMEIDA, 2015, p. 107):

Aliadas às questões trazidas por Lima, existem as atuais relações advindas novamente por arranjos políticos, por diretrizes internacionais, pelos processos de construção dos planos educacional e cultural, dentre outros, assim também como os desafios incessantes da edificação das políticas culturais, educacionais e públicas. Incluem-se também os processos do capitalismo que não deixam de envolver o ensino superior.

Corroborando o que já foi dito sobre a dependência de arranjos, os mesmos autores (2015, p. 108) ainda destacam que esse processo atende a interesses que, muitas vezes, não estão ligados ao conjunto de atores locais, sendo, portanto, reflexo das determinações de organismos externos:

Quando se cruza o contexto das políticas culturais com o contexto da implantação das políticas para as IES, percebe-se nitidamente que uma e outra se desenvolvem a partir de premissas internacionais. Se, de um lado, podem-se avaliar tais processos pelo entendimento global e da universalização dos direitos, por outro, pode-se entendê-los como meios e metas para o apagamento da identidade e memória de uma sociedade ou uma região. É nesse momento que se volta o olhar para as Instituições do Ensino Superior como organizações essenciais - mas não únicas, é preciso dizer - para a criação dos inventários de nossa memória como sujeitos culturais.

Apesar de toda funesta interferência que se observa no processo decisório sobre as políticas educacionais, culturais, não se podem renegar o potencial das instituições federais de ensino superior, enquanto lugar de memória, e toda sua pujança neste processo (GOBIRA; CORRÊA; ALMEIDA, 2015, p. 110):

Ao refletir sobre a universidade para além do lugar de produção de conhecimento, e ampliar o campo de observação, percebe-se que os

lugares de memória e cultura também se encontram na universidade. Esses lugares abarcam espaços físicos e virtuais, e também espaços como eventos, publicações e outros. Com isso, desenvolve-se a reflexão sobre tais espaços, a fim de que se possa investigar, mesmo que brevemente, como eles impactam na perpetuação da memória e cultura dentro da comunidade acadêmica e não acadêmica.

Mesmo observando a necessidade de processos e políticas de espectro global, tem-se que não perder de vista a responsabilidade dos atores que estão na academia para lutarem pela implementação da cultura de memória enquanto política interna, como destaca o excerto a seguir (GOBIRA; CORRÊA, ALMEIDA, 2015, p. 112):

Por fim, os lugares de memória e cultura dentro das universidades podem ser diversos, mas é preciso que existam políticas culturais internas – políticas com intenção memorialista – que preservem e mantenham esses espaços de maneira adequada e com público frequente.

Para a análise dos espaços da memória e suas potencialidades, levou-se em consideração que nem todo lugar onde há reverberação da memória é espaço de memória. Em uma de suas definições, Nora (1993) diz que é necessário haver uma intenção memorialista a fim de que o espaço seja identificado como lugar de memória e cita, como exemplo, os auditórios, pois, apesar de os auditórios serem espaços onde acontecem eventos, palestras e seminários que, de certa maneira, propiciam a difusão da memória, não se observa neles tal intenção memorialista, não sendo, portanto, considerados espaços da memória.

Como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em especial as universidades, possuem entre suas missões a de assegurar à sociedade o direito de acesso a todas as informações que abordam sua origem, trajetória e funcionamento, descobertas, ou seja, todas as informações intrinsecamente vinculadas ao tripé institucional, que sejam relativas às atividades meio ou fim, reiterando sua importância estratégica na construção de saberes e da cidadania. Isso só será possível por meio de seus acervos culturais, materiais, científicos, entre outros, daí a necessidade de organização e preservação.

2.3 Inventário: instrumento de descrição, representação e gestão patrimonial

A concepção de inventário parte da compreensão de um instrumento de controle, de proteção e de auxílio à tomada de decisão, o que implica diretamente o processo de gestão, sobretudo, das instituições públicas, considerando o que estabelece o Parágrafo 1º do Art. 216 da Constituição Federal de 1988:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, online).

Considerando esse aspecto, implica dizer que é de reponsabilidade do gestor público proteger o patrimônio que está sob sua responsabilidade. Todavia, para que se possa exercer qualquer gerência sobre o patrimônio cultural, torna-se necessária a realização de levantamentos que identifiquem, com clareza, os bens patrimoniais culturais no âmbito das instituições. Seguindo esse raciocínio, Campos (2013, p. 121) assegura: “O inventário, na seara patrimonial, é instrumento de conhecimento de bens culturais, seja de natureza material ou imaterial, que subsidia as políticas de preservação do patrimônio cultural”.

Paiva (2019, p. 93) ressalta que o Art. 216 da CF/88 “reconhece as práticas de inventários, registros, vigilâncias, tombamentos e desapropriação como instrumentos estatais de preservação de patrimônio cultural”.

Nessa mesma direção compreensiva, afirma Verdan (2015, online):

Há que se destacar, assim, que o inventário dos bens culturais implica no levantamento minucioso e completo dos bens culturais, objetivando abarcar a diversidade de patrimônio existente. Insta anotar que o inventário é uma das atividades elementares para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política volvida para a preservação e gestão do patrimônio cultural, notadamente quando há que se considerar que toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural reclama o prévio conhecimento dos acervos existentes sobre a temática colocada em exame.

Miranda (2008, p. 2), apontando para uma efetivação prática, assegura que:

Sob o ponto de vista prático, o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e

particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto à sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc.

Acrescenta, ainda, que

[...] o inventário tem natureza de *ato administrativo declaratório restritivo*, porquanto importa no reconhecimento, por parte do poder público, da importância cultural de determinado bem, daí passando a derivar outros efeitos jurídicos objetivando a sua preservação (MIRANDA, 2008, p. 2).

Para Ribeiro e Silva (2010, p. 79), os inventários se apresentam de formas variadas e adotam também metodologias diversas, entretanto se constituem em “instrumentos eficazes” tanto do ponto de vista da gestão patrimonial como também da “atribuição do valor cultural”. Ideia também defendida no ‘Manual para Inventarios de Bienes Culturales Muebles’ do Ministério da Cultura de Bogotá, citado pelas autoras, ao afirmarem que não se pode separar o inventário da valorização cultural e acentua que o inventário enquanto ferramenta metodológica, independentemente da categoria patrimonial, articula três elementos indissociáveis, a saber: o objeto, o sujeito e o contexto.

Para Londres (1998, p. 28), os inventários conjugam conhecimento e rigor científicos com uma prática de gestão:

Os inventários são um tipo de trabalho em que se cruzam a necessidade de um rigor científico e a necessidade de prestar um serviço, no sentido de que somos um serviço público. E, no caso dos inventários, é muito importante ter em mente esse duplo objetivo, que não é fácil alcançar, porque, de um lado, temos a pressão de uma demanda muitas vezes urgente e necessária, e, de outro, temos a necessidade de uma reflexão, de uma pesquisa detalhada, demorada.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (2000), ao tratar da concepção de inventário, afirma ser este sistemático, devendo ter como característica a capacidade de identificar, tornar conhecido, descrever detalhadamente cada bem, possibilitando sua adequada classificação, aspecto imprescindível no processo de inventariação. Nesse viés, considerando o

inventário como um instrumento de gestão e preservação do patrimônio cultural, este se estrutura a partir das macrocategorias e suas subcategorias.

Por macrocategorias, denominamos as grandes áreas, e as subcategorias correspondem às subáreas. Para tanto, pensar em um instrumento inventarial corresponde à pluralidade que compõe o patrimônio cultural das universidades que engloba desde bens materiais a imateriais e suas categorizações. Em face desse desafio, e compreendendo-o enquanto um instrumento de representação descritiva, ainda sob uma perspectiva exploratória, optou-se por percorrer e analisar seis documentos. Achamos, pois, conveniente ampliar o foco sobre a constituição de inventários. Para tanto, tomou-se como fonte de análise os seguintes instrumentos:

- a) **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**, que possui seis níveis de descrição, de acordo com esse documento a “Descrição parte do geral para o particular – com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.10), bem como destacar “Informação relevante para o nível de descrição – com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 11);
- b) **Código de Catalogação Anglo-Americano (Anglo-American Cataloging Rules - AACR)**, em sua segunda edição, instrumento de padronização de descrição de materiais bibliográficos, como foco inicial, embora também faça referências a outras tipologias, como artefatos tridimensionais e reavalia filmes cinematográficos, entre outros documentos, que diferem da estrutura do livro;
- c) **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**, obra de referência que tem como finalidade auxiliar na área patrimonial no que concerne à terminologia que caracteriza o campo;
- d) **Cataloging Cultural Objects (CCO)**, produzido em 2006 pela *ALA Editions*, em associação com a *American Library Association*, voltado para a descrição e documentação de objetos culturais dos mais diversificados como: obras de arte, edificações arquitetônicas, artefatos e imagens, pinturas, impressões, instalações artísticas e obras visuais, objetos arqueológicos e demais artefatos, com o

intuito de subsidiar o trabalho na área da documentação, bem como contribuir com bibliotecários, arquivistas, museólogos e curadores. É um instrumento de auxílio na descrição de obras complexas;

- e) **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação do IPHAN (2000)**. Trata-se da abordagem metodológica proposta pelo IPHAN para mapear, identificar e documentar bens culturais imateriais, de qualquer natureza, a partir dos determinantes culturais de referência;
- f) **Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano: informação como representação social**. Dissertação da autoria de Sílvia Regina da Mota Rocha, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, que objetivou estabelecer metodologias de inventariação para bens móveis e integrados na categoria religiosa no estado da Paraíba, compreendendo teoricamente o inventário enquanto instrumento de representação social de caráter nominativo-descritivo.

Diante da análise das obras citadas, verificou-se que a maioria delas indica campos descritivos que, juntos, podem contribuir na formalização de padrão de inventariação do patrimônio cultural, sobretudo, no âmbito das universidades, possibilitando a elaboração da Proposta de Dados e Indicativos de um possível roteiro para composição de um instrumento inventarial que possa ser útil no âmbito das universidades.

Quadro 1 – Proposta de Dados e Indicativo de Roteiro para composição de instrumento inventarial

1 Categorização Geral	Descrição
Número da Ficha Inventarial	Este número é sequenciado devendo constar em formato de código, trazendo consigo a letra do patrimônio inventariado acrescido do número da ficha, separado por barra e acrescido dos últimos dois dígitos correspondentes ao ano.
Localização	Registrar o código do país ² separado por dois pontos acrescido da região, separado por barra inclinada, acrescido do código do Estado e o

² O código do país deve seguir o que estabelece a prescrição internacional, a ISO 3166 *Codes for the representation of names of countries*. No caso do Brasil, o código é BR.

	número arábico representando o campus, separado por um hífen acrescido da sigla do Centro de ensino e entre parênteses a sala específica onde se localiza o item patrimonial.
Definição de área	Em caso de localidades que não possuem plantas cadastrais em escala compatível, podem-se adotar croquis de localidades, ou mapas georreferenciados, ou mesmo a planta extraída do <i>Google maps</i> .
Proprietário	Identificar o campus, o centro, o setor e seus respectivos responsáveis administrativos onde se localiza o bem.
Responsável	Descrever o nome completo do servidor responsável pela guarda do bem na unidade. Isso compreende acrescentar também o número de matrícula do responsável.
Local do edifício	Descrever com precisão a localização do ambiente no qual está abrigado o bem patrimonial em relação aos ambientes internos do edifício e externos do campus, Centro, Escola ou Instituto e suas condições físicas.
Planta baixa da área	Localização precisa do bem patrimonial em relação aos ambientes internos do edifício.
Mapa	Localizar a edificação no campus (georreferenciada).
2 Identificação e Tipologia	Descrição
Coleção/Acervo/Fundo	Descrever a que acervo, fundo ou coleção pertence o bem, se específico ou um bem unitário.
Categoria patrimonial	Instituir a categoria na qual se inclui o bem, observando-se as subcategorias descritas pelo IPHAN. Deve-se, portanto, destrinchar as subcategorias de cada macrocategoria.
Objeto	Nessa subcategoria, devem-se atentar, identificar e descrever a classe, gênero, subclasse e espécie.
Título	Identificar nominalmente o bem descrito devendo ressaltar o nome original, bem como o nome pelo qual é conhecido.
Data de produção	Elemento de identificação cronológica em que o bem foi criado.

Data de acumulação	Elemento de identificação cronológica que considera variantes da história de formação do acervo como herança de fundos, aquisições por compra ou doação (CONARQ, 2006).
Autoria(s)	Identificar o nome do produtor ou inventor do bem.
Marca	Destacar e reproduzir marcas de proveniência.
Materialidade	Descrever, em detalhes, o suporte, o formato e a técnica utilizada, partindo do geral para o particular.
Suporte	Detalhar o suporte no qual se encontra feita a obra, ou seja, os materiais utilizados na produção do bem cultural.
Técnica	Descrever detalhadamente a técnica de produção do bem cultural.
Dimensões	Registrar a altura, a largura, comprimento, diâmetro e circunferência, escritos em cm (centímetros), profundidade, peso e, em caso de bens arquitetônicos, os metros quadrados.
Proteção legal	Informar a situação legal do bem e seu nível de tombamento ou registro e em que esfera federal, estadual ou municipal.
Condições de segurança	Descrever as condições de segurança do ambiente com vista à sua proteção. Observar os itens de segurança.
Estado de conservação	Registrar informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outro dado sobre o bem descrito que não tenha lugar nas áreas anteriores, bem como as condições de segurança do bem inventariado. Especificar se o bem já sofreu alguma intervenção e em que nível. Neste caso, identificar quando e quem foi o executor.
Registro fotográfico	Dependendo do bem inventariado, registrar todos os lados e detalhes do bem. Nome do fotógrafo e a data em que foi realizado o registro, estabelecendo o formato do registro.
3 Contextualização	Descrição
Registro histórico-artístico	Historiar os fatos relacionados à trajetória do bem, dos produtores, da criação e categorização artística.

Procedência	Registrar a origem do bem inventariado trazendo, se possível, nome da pessoa física ou jurídica que encaminhou, a forma e data de aquisição, com as referências pertinentes, trazendo o registro de datas e documentos comprobatórios. Se a origem for desconhecida, recorra à expressão “dado não disponível”. (CONARQ, 2006)
Fontes relacionadas	Registrar as referências de publicações que abordam o bem inventariado, elaboradas com base no seu uso, estudo e análise, bem como as que a referenciem, transcrevam ou reproduzam.
4 Nota	Descrição
Observação	Acrescentar quaisquer outras informações que, porventura, não estejam inclusas nas categorias e subcategorias, a exemplo do valor de mercado da obra.
Responsável técnico	Registrar nome completo, matrícula do responsável pelo preenchimento inventarial, contendo local e data da realização.
Revisor técnico	Registrar nome completo, matrícula do responsável pela revisão do processo de inventário, devendo o item conter também a assinatura manuscrita ou eletrônica do responsável, contendo local e data da realização.

Fonte: Elaboração própria (2020).

A proposta a de Dados e Indicativo de Roteiro para composição de instrumento inventarial pode ser acrescida de outros campos, desde que necessários a descrição do patrimônio a ser inventariado. Nesse aspecto trata-se, portanto, de um instrumento flexível e adaptável a situações e realidades diversas.

3 Considerações finais

Pensar a gestão patrimonial em universidades, em especial no âmbito das universidades públicas, requer considerar algumas peculiaridades, dentre estas o tempo de existência de cada universidade, o conceito de patrimônio cultural a partir da CF (BRASIL, 1988), a diversidade de patrimônio que a própria instituição possui, bem como as peculiaridades que apresenta cada categoria de bem patrimonial. Nesse sentido, pensar o processo de inventariação requer mais que

a elaboração de uma determinada ficha inventarial, mas, sobretudo, pensar a partir da lógica da gestão patrimonial e seu papel na preservação desses bens acumulados ao longo da trajetória de cada instituição. Para tanto, torna-se necessário perceber a importância de cada bem para a comunidade no qual está inserido. Nessa linha de raciocínio, as categorias aqui apontadas surgem como uma reflexão para se pensar as possíveis categorias de um instrumento inventarial que possa efetivamente contribuir para as tomadas de decisões no âmbito das universidades públicas brasileiras, carecendo que a partir dessa indicação sejam desdobradas outras categorias possibilitando a elaboração de fichas inventariais que atendam às peculiaridades de cada bem cultural inventariado.

Por outro lado, ao percorrer o caminho nessa busca de compreender a gestão patrimonial e a preservação, a partir de um instrumento de representação descritiva, neste caso o inventário, percebe-se a necessidade urgente de implantação e remodelagem da gestão do patrimônio cultural num processo de revista permanente do conceito de patrimônio cultural para estas instituições em especial, uma vez que ela própria é também patrimônio do Estado e, como tal, possui o dever de preservar seus bens culturais, considerando o que estabelece a legislação brasileira no que diz respeito à responsabilidade das instituições públicas nesse campo de atuação.

Para tanto, convém à entidade operar internamente uma política de preservação patrimonial que seja aprovada pelos órgãos superiores, com recursos específicos e uma Coordenação Geral capaz de trazer a lume a discussão e proposituras de políticas internas que alcancem o controle e a preservação desses bens patrimoniais. Todavia, há que considerar ainda outros equipamentos culturais que estão sob o domínio administrativo de alguns Centros, Escolas, Institutos, enfim, observar uma política voltada para as peculiaridades institucionais cujo foco volta-se para a gestão do patrimônio cultural das universidades públicas, com recursos definidos para que não fiquem à mercê de orçamentos precários ou mesmo sem previsão orçamentária, tudo isso com vistas a uma ação mais determinante em relação à política de preservação do patrimônio cultural.

Referências

- ALENCAR, Thalyta Cavalcante. **A rede memorial, a preservação e o acesso em Pernambuco**. 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25627/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Thalyta%20Cavalcante%20Alencar.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- ALMEIDA, Frederico Farias Neves. Desafios e Perspectivas da Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil. **Architecton: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 4, n. 7, p. 24-35, 2014. Disponível: <http://portaldoarquiteto.com.br/wp-content/uploads/2015/10/artigo3.pdf>. Acesso em 02 fev. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONFIL-BATALLA, Guillermo. Nuestro patrimonio cultural: um labirinto de significados. In: FLORESCANO, Enrique. (coord.). **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, CONACULTA, 1997. p. 28-56.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2019.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequação e usos (des)caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 119-135, maio./out. 2013. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/68646>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- CASTRO, Fernanda Santa Rabello de; SOARES, Ozias de Jesus. Políticas públicas: garantia do direito à cultura e à memória. **UnilaSalle**. Canoas, n. 30, ago. 2018. Disponível em
<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/4754>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- CATALOGING CULTURAL OBJECTS: a guide to describing cultural works and their images. Chicago: Visual Resources Association Foundation, 2006.
- CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO Anglo-americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2005. 2 v.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARq. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em:
http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq (Brasil). **Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia**: Relatório da Comissão Especial constituída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.ghtc.usp.br/server/SBHC/Memoria-CT.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

DICIONÁRIO IPHAN de patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1026>. Acesso em 10 de fev. 2020.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Políticas da memória e políticas do esquecimento**. Pelotas. RS: Aurora, 10, 2011.

FRAGOSO, Ilza da Silva; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3170/2296>. Acesso em: 31 ago. 2022.

GOBIRA, Pablo; CORRÊA, Fernanda; ALMEIDA, Karla Danitza de. Espaços da memória e política cultural na universidade do estado de Minas Gerais. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 101-120, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/1019>. Acesso em: 31 ago. 2022.

GOMES, Joao Carlos Miranda e Silva Pereira. **As cidades e as políticas da memória**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Instituto Superior Técnico de Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=As+cidades+e+as+pol%C3%ADticas+da+mem%C3%B3ria.&oq=As+cidades+e+as+pol%C3%ADticas+da+mem%C3%B3ria.&aqs=chrome..69i57j33.1790j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 10 abr. 2020.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Edition du Seuil, 2003.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.13-30, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/23>. Acesso em: 31 ago. 2022.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMO, 2003. p. 419-476.

LONDRES, Cecília. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Rezende. (org.). **Inventários de Identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: Iphan, 1998. p. 28.

LOUZADA, Nilson Moulin. Diferentes suportes para a memória. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p.13-16.

MENDES, Amélia; SANTOS, Charlene; SANTIAGO, Pietro. Preservação do acervo histórico da oficina guaianases de gravuras. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2010. p. 1 - 10. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/9624>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso em: 31 ago. 2022.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, Vitor Frühau de. **Práticas de gestão do patrimônio universitário edificado: a experiência da UFRGS**. 2019. 215f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202430/001108062.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio. 2020.

PAIVA, Marcelo Cardoso de Paiva de. **O Brasil segundo o IPHAN: a preservação do patrimônio cultural brasileiro durante a gestão de Gilberto Gil no Minc (2003-2008)**. 2019. 300f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-03102019-124206/publico/TEMARCELOCARDOSODEPAIVA_rev.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

PANISSET, Ana Martins; JULIÃO, Letícia. Acervo Artístico da UFMG: o papel da museologia na gestão do patrimônio universitário. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 3., 2017, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2017. p. 1893-1911. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iF994w1HAKaVJla0XQD4j4pvK79PkRhA/view>. Acesso em: 04 fev. 2020.

PARRELA, Ivana; NASCIMENTO, Adalson. Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.24, n. esp., p.176-188, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v24nspe/1413-9936-pci-24-spe-176.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros; OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. (orgs.) **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/140/1/memoria3.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da informação/preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? *In*: JORGE, Vitor Oliveira. (coord.). **Conservar pra quê?** Porto de Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10043.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

RIBEIRO, Emanuela Sousa; SILVA, Aline de Figueirôa. Inventários de bens móveis e integrados como instrumento de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/IPHAN em Pernambuco. **Projeto História**, v. 40, p. 71-96, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/6125/0>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ROCHA, Sílvia Regina da Mota. **Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano**: informação como representação social. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/3903/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

ROCHA, Silvia Regina da Mota; AZEVEDO NETO, Carlos Xavier de. Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano: informação como representação social. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; ANCIB, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3942/3065>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SILVA, Adriana Nóbrega da. *et al.* Memoriais e Centros de Memória na Cidade de Fortaleza: contribuições no acesso à informação e ao patrimônio. *Folha de Rosto: revista de biblioteconomia e ciência da informação, Juazeiro do Norte*, v.3, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/183>. Acesso em: 31 ago. 2022.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda. **Análise de risco e preservação digital**: uma abordagem sistêmica na Rede Memorial de Pernambuco. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/26453/1/DISSERTA%c3%87%c3%830%20Aureliana%20Lopes%20de%20Lacerda%20Tavares.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. 312 p.

VALDEBENITO, Rosa Maria Guerrero. Identidades territoriales y patrimonio cultural: la apropiación del patrimonio mundial de los espacios urbanos locales. **Revista F@ro**, v. 1, n. 1-2, p. 289-306, 2005. Disponível em: http://web.upla.cl/revistafaro/n2/02_guerrero.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

VERDAN, Tauã Lima. Comentários ao Inventário Nacional dos Bens Móveis Integrados (INBMI) para a salvaguarda e proteção do patrimônio cultural. **Conteúdo Jurídico**, 16, out. 2015. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/45324/comentarios-ao-inventario-nacional-dos-bens-moveis-integrados-inbmi-para-a-salvaguarda-e-protecao-do-patrimonio-cultural>. Acesso em: 24 maio. 2020.

Sobre a autoria

Lena Leite Dias

Bibliotecária da UFPB. Mestranda do Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

lennaleite@gmail.com

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Doutora em Letras. Mestre em Ciência da Informação. Professora. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (Gecimp).

bernardinafreire@gmail.com

Artigo submetido em: 04 jun. 2022.

Aceito em: 30 ago. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto

PPGB

✉ folhaderosto@ufca.edu.br

📷 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

🐦 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.